

ESTUDANTES REPUDIAM O AUMENTO DA TARIFA DOS TRANSPORTES

Por Alexandre Maciel
e Renan Marra

O protesto era formado, em sua grande maioria, por jovens e estudantes universitários. A pauta: redução do valor das tarifas, que desde janeiro, passaram de R\$ 2,70 para R\$ 3,00. As cerca de 600 pessoas que se manifestavam em frente à prefeitura da cidade de São Paulo, em 17 de fevereiro, ainda ecoavam palavras de ordem contra o atual prefeito, Gilberto Kassab (DEM). Quando fogos de artifícios foram lançados próximos ao prédio da prefeitura, uma ação incisiva da Tropa de Choque, com tiros de balas de borracha, bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e spray de pimenta, dispersou, reprimiu e feriu manifestantes de mais um protesto organizado pelo MPL (Movimento Passe Livre) e outras entidades políticas que formam o Comitê contra o Aumento da Passagem.

A manifestação, com desfecho trágico compõe apenas mais um capítulo da luta de organizações estudantis e partidos políticos de esquerda contra o aumento do preço das passagens que, por decreto do prefeito Kassab, subiu de R\$ 2,70 para R\$ 3,00 no dia 05 de janeiro desse ano.

O aumento da tarifa do ônibus aconteceu há pouco menos de um mês da aprovação "simbólica" – já que não houve registro oficial no painel eletrônico – e em caráter de urgência do aumento dos salários do Vice-Presidente da República em 148,63%, do Presidente em 133,96% e dos parlamentares em 61,83%. Assim, estabeleceu-se uma igualdade entre os vencimentos de R\$ 26.723,13, que é o teto previsto, desde fevereiro de 2010, para o funcionalismo público federal. Como se não bastasse, no último 12 de março, César Peluzo, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ao Congresso o projeto de lei 7749/10, que prevê um reajuste de mais 14,79% sobre o valor atual. Caso seja aprovado, o valor máximo pago aos servidores públicos será de R\$ 30.675,48. A mesma PL propõe que, a partir de 2012, os próximos aumentos sejam automáticos e anuais, sem necessidade de lei a cada ano.

Desde 2005, a tarifa do transporte público de São Paulo tem subido acima da inflação. Ao deixar o poder, a antecessora de Kassab, Marta Suplicy (PT) havia fixado o valor de R\$ 1,70 para a tarifa de ônibus da cidade. Ao chegar no poder, José Serra (PSDB) reajustou o valor para R\$ 2,00 e seis anos mais tarde, o valor aumentou 50%, enquanto a inflação subiu 30% no mesmo período. Só em 2010, a tarifa foi reajustada em 11,11% enquanto a inflação na cidade de São Paulo era de 5,83%, segundo o IPC-Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Uma das justificativas do governo para o crescimento acima da inflação é o aumento dos gastos com diesel em 21,4% de 2010 para 2011. O preço da passagem do metrô em São Paulo, por sua vez, subiu de R\$

Mesmo com a violência policial, tentativas fracassadas de negociação e descaso do governo municipal, os protestos são marcados por forte desejo de reversão do valor das passagens



Enrique Pico

2,10, em 2005, para R\$ 2,90 em 2011.

O aumento nos preços das passagens do transporte público, porém, não resulta em melhora no conforto do usuário. Ônibus e metrô continuam superlotados. Em São Paulo, a linha vermelha do metrô, por exemplo, que liga a estação Barra Funda, na zona oeste, até Corinthians Itaquera, na zona leste da cidade, é uma das mais lotadas do mundo. Recebe 1,5 milhão de passageiros por dia. No horário de pico são em média de 9,8 pessoas por metro quadrado. O tolerável é de apenas seis.

Em 2003, diante desse cenário de desconforto e aumento das tarifas, revoltas populares eclodiram em Salvador. Um ano mais tarde, foi a vez da cidade de Florianópolis virar palco de protestos pelas reduções da tarifa de ônibus. Essas experiências inspiraram, em 2004, a criação do Movimento Passe Livre (MPL), que tem como principal bandeira a "migração do sistema de transporte privado para um sistema público, garantindo o acesso universal, através do passe livre para todas as camadas da população". Hoje, o MPL está presente em todas as regiões do país e "quer aprofundar o debate sobre ir e vir, mobilidade urbana nas grandes cidades e sobre um novo modelo de transporte para o Brasil". O movimento se declara autônomo, apartidário, horizontal e independente. Nos atos, entretanto, diversas bandeiras de partidos políticos compõem a multidão. Faixas de organizações estudantis, como Barricadas Abrem Caminhos, ANEL (Assembléia Nacional dos Estudantes Livres) e UNE (União Nacional dos Estudantes) também fazem parte dos protestos.

A primeira ação do Movimento Passe Livre aconteceu em 2005, quando catracas foram quei-

madadas em 14 cidades diferentes, simbolizando a união dos manifestantes. Em 2011, a primeira de uma série de protestos em São Paulo contra o reajuste feito pelo prefeito Kassab começou no dia 13 de janeiro e terminou em repressão. Segundo a Polícia Militar, cerca de 700 manifestantes faziam passeata no centro da cidade. O protesto partiu do Teatro Municipal e percorreu diversas ruas do centro da cidade até a Praça da República, onde os policiais militares dispersaram o grupo afirmando que o combinado era que o ato se encerrasse ali. Segundo o MPL, 30 pessoas foram presas.

O movimento, porém, não se calou. Uma semana depois, outro protesto reuniu cerca de 4000 pessoas. Desde então, atos têm acontecido regularmente. No dia 17 de fevereiro, o representante da secretaria dos transportes frustrou estudantes ao não comparecer em uma reunião conforme acertado em audiência pública uma semana antes. Revoltados, manifestantes foram pedir explicações na Secretaria dos Transportes. Lá, ouviram do secretário adjunto de Transportes, Pedro Luís de Brito Machado que não haveria negociação e, com isso, seis militantes se acorrentaram na prefeitura de São Paulo na tentativa de negociar com o prefeito, Gilberto Kassab. Enquanto isso, do lado de fora do prédio, manifestantes entraram em mais um confronto com a polícia. O estudante de pós-graduação do curso Serviço Social da PUC-SP, Vinícius Boim, foi espancado por policiais e foi hospitalizado. Os vereadores do PT, Antonio Donato, José Américo e Juliana Cardoso também foram agredidos ao tentar apaziguar a situação. Os acorrentados saíram da prefeitura após quatro horas de negociação para não serem presos.

No dia 17 de março, manifestantes foram mais uma vez reprimidos ao tentarem realizar o chamado “catracaço” no metrô Anhangabaú, que consiste em pular as catracas. Os seguranças agiram de forma truculenta e usaram cassetetes para afastar os jovens. Um estudante desmaiou e foi levado ao Hospital Santa Casa de Misericórdia, na região central, onde recebeu dois pontos na cabeça.

Ampliação do movimento e passividade do cidadão – Apesar das tentativas de ampliação do movimento para as outras camadas da sociedade, o corpo do comitê e das manifestações é formado em sua maioria por estudantes. Principal-

mente de grandes universidades como Unesp, USP e PUC-SP. Ainda assim, a participação, de uma forma geral, fica condicionada às organizações políticas que os estudantes participam.

Estudantes não pertencentes a entidades políticas são minoria, como Izabel Gogone, 24 e Leandro Victor, 20. “Apoiar verbalmente, todos apóiam, essa é uma demanda que não tem ‘não apoiadores’. Todos querem barrar o aumento, porém vir nos atos, uns vêm, mas a maioria não”, diz a estudante do curso de veterinária da USP, se referindo aos seus colegas de faculdade. Izabel acompanha os atos e participa das reuniões do Comitê desde a segunda manifestação, que ocorreu em 20 de janeiro.

Já Leandro, que cursa Engenharia Ambiental na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), participou apenas do protesto de 24 de março, que, ao descer a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, parou em frente à sua faculdade estimulando os alunos a agregarem a passeata. Cerca de 150 estudantes desceram para se juntar aos outros 500 manifestantes que já haviam saído da Pça. Oswaldo Cruz. O estudante conta que “na hora que a manifestação ‘colou’ na FMU, o pensamento de todo mundo foi o mesmo: vamos descer. Três reais para um trabalhador que recebe um salário mínimo e com políticos que ganham aumentos de 120% é um absurdo”.

Mas, com a tarifa dos ônibus chegando ao absurdo de três reais, como o chamado “cidadão comum”, que acorda cedo, sai das regiões periféricas e segue para o seu trabalho, na maior parte das vezes localizado no centro da cidade – coração financeiro e comercial de São Paulo –, em condições superlotadas, entre outras precariedades, aceita este valor e não se manifesta contrariamente?

Para o sociólogo mineiro e Doutor em Ciências Sociais, Rudá Ricci, esse processo de aceitação se intensificou com o governo Lula. De acordo com o autor do livro *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira* (2010, Ed. Contraponto / Fund. Astrojildo Pereira), a chamada Classe C, que tem como característica um conservadorismo acentuado, sempre procurou se manter longe das manifestações populares. “O PT, que mantinha o discurso de que a inclusão social se daria pela política e não pelo consumo, após o governo Lula, esse discurso se inverte e começam a fomentar a ideia de inclusão social pelo consumo e não pela política. Isso esvaziou o caráter combativo do cidadão”, diz. “Ao tentar buscar o tempo todo ser popularizar, o governo (Lula) se submeteu ao conservadorismo da Classe C”, isso gerou um círculo vicioso, já que as medidas econômicas foram, em sua maioria, voltadas à uma ascensão por meio da aquisição de bens de consumo, deixando de priorizar outras áreas fundamentais para o desenvolvimento do país, como a educação, por exemplo.

Toda a descrença de mudança, já comum entre os brasileiros, unida a uma camada considerável da população que se sente em ascensão social, faz com que de certa forma a população se afaste das manifestações de cunho popular, “é a negação do passado”, nas palavras do sociólogo.

O ato final? – Várias hipóteses levaram a crer que o ato do dia 24 (o 11º, contando com a manifestação em frente ao prédio onde reside o prefeito Gilberto Kassab) seria o último, mas nada havia sido confirmado oficialmente. Marco Magri, 24, sociólogo e membro do MPL, diz que “a gente vai decidir se iremos ter ou não mais atos de rua, ou se a gente vai concentrar as nossas forças e provocar a prefeitura de uma maneira mais eficiente, que pode significar menos pessoas, mas mais impacto político”, se referindo ao futuro das manifestações. “A gente ficou sabendo que o mandato de segurança contra o prefeito, com relação ao aumento foi julgado, ele tem agora dez dias para prestar esclarecimentos sobre a planilha, então isso dá um fôlego para a luta”, completa Mário.

Até o fechamento desta edição, já havia sido organizado um ato debate no Anfiteatro da História da USP (FFLCH), agendado para 29 de março e uma reaproximação com o sindicato dos metroviários, que, apesar de apoiarem as manifestações, não compunham o comitê.



Enrique Pico

O PT protocolou ação contra o prefeito Gilberto Kassab (DEM) pedindo revogação do reajuste da passagem de ônibus na cidade de São Paulo, que subiu de R\$ 2,70 para R\$ 3,00 no dia 05 de janeiro. O aumento foi concedido com decreto do Kassab. No documento, o Partido dos Trabalhadores analisa e questiona as planilhas de custo usadas pela São Paulo Transportes (SPTTrans). Segundo o documento, o preço do Diesel pode ser menor: “É de supor que as concessionárias e permissionárias, por comprarem grandes quantidades, consigam preços consideravelmente inferiores”, diz o vereador José Américo (PT). O documento diz também que a média de consumo de Diesel por km rodado aumentou em função da lentidão do trânsito, mas os dados apresentados pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) mostram que o congestionamento médio durante o horário de pico caiu.

Para o vereador que também foi agredido pela polícia em um protesto do dia 17 de fevereiro, “a tarifa a R\$ 3,00 é injusta para o bolso do trabalhador e o aumento é ilegal, pois a planilha enviada para a Câmara trás dados inconsistentes e mentirosos”. Américo diz que “a Petrobrás alegou a bancada do PT de que o óleo Diesel não passa de R\$ 1,70 o litro, enquanto na planilha, apresenta o valor de R\$ 1,85”. Para o vereador, “o governador Geraldo Alckmin fez uma provocação ao movimento, mas, como não conseguiu destruí-lo, voltou a conversar”, ao se referir à repressão do dia 17 de fevereiro, em frente ao prédio da prefeitura.